



ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Aos sete dias do mês de março de 2018, com início às 09h57, nas instalações do Tribunal Regional Eleitoral - TRE, localizado na Rua João Parolin, 224, nesta Capital, foi realizada a 21ª reunião ordinária do Colegiado da Rede de Controle da Gestão Pública – PR (RCGP-PR). Compareceram os representantes das seguintes instituições partícipes: Controladoria Geral do Estado - CGE, Controladoria Geral da União – CGU, Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR, Ministério Público Federal – MPF, Procuradoria Geral do Estado - PGE, Receita Federal do Brasil – RFB, Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, Tribunal de Contas da União - TCU e Tribunal Regional Eleitoral - TRE. Justificada a ausência de representantes da ALEP, DPF, MPT e SESP. Registrada a ausência de representantes da AGU, CELEPAR, MPC, SEJU e TCE.

Abrindo os trabalhos, o Desembargador Luiz Taro **Oyama**, presidente do TRE, cumprimentou os presentes e disse sentir-se honrado e muito feliz em sediar a reunião da Rede, que há oito anos vem fazendo um bom trabalho no Paraná. Parabenizou o MPF, o MPPR e demais órgãos que participam da RCGP-PR. Colocou o TRE à disposição para outros eventos e agradeceu a presença de todos.

Passada a palavra ao Coordenador da Rede, **Gerson** Filho (CGE), este cumprimentou, especialmente, os novos representantes José Wilham Gomes da Silva (CGU) e Janaína Bruel Marques (MPPR) e agradeceu a acolhida do TRE. Seguindo a pauta da reunião, foi dada a palavra ao Sr. Fernando Leite da FIEP.

Fernando Leite, coordenador do Movimento Vote Bem, apresentou o trabalho do Movimento Vote Bem - MVB, que é um movimento apartidário, de conscientização política, que existe desde 2014 e busca estimular a reflexão sobre o voto responsável. Lembrou que as eleições são momentos decisivos nas democracias. Comentou sobre as parcerias já existentes, com UP, TRE e PUC e colocou-se à disposição e na expectativa de despertar novos contatos.

Na sequência, **Adriana Inomata**, professora de direito constitucional da Universidade Positivo – UP, discorreu sobre os resultados e as perspectivas para 2018 do Programa de Extensão "Observatório do Executivo e do Legislativo", executado em parceria pela CGE, Universidade Positivo - UP e MPPR, cujo objetivo principal é o fomento ao controle social por meio da



ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

transparência da gestão pública. Atuando com grupos de alunos de direito da UP, analisando informações disponibilizadas no portal *Transparência nos Municípios*, já foram fiscalizados no 1º ciclo do Programa 115 portais, no 2º ciclo 254 portais e no 3º ciclo, concluído ao final de 2017, 187 portais de prefeituras e de câmaras municipais. As perspectivas para 2018 é que se faça um balanço dos resultados obtidos, ampliando as atividades, na busca de novos parceiros e que o ciclo passe a ser anual. O objetivo é que os alunos possam conhecer o funcionamento de outros órgãos de controle, na esfera estadual e federal. **Gerson Filho** agradeceu a presença da Coordenadora, comentou que o projeto é muito viável e interessante e que está aberto à participação dos demais órgãos.

João Manoel (TCU) ofereceu contato direto com FIEP e CGE, disponibilizou seu telefone para participar.

Daniela Borges de Carvalho, diretora Geral do TRE discorreu sobre o *Programa Mesário Voluntário* e que estão estabelecendo convênios com as Instituições de Ensino Superior para que aceitem as certidões dos juízes eleitorais valendo 20 horas de estágio para os alunos que se apresentarem como voluntários para trabalhar nas eleições. O Programa ainda têm outros benefícios: mesários serão dispensados do serviço, mediante declaração da Justiça Eleitoral, sem prejuízo dos seus salários, pelo dobro dos dias de convocação; recebem auxílio alimentação para o dia da eleição, além de gratuidade em inscrições para concurso público no estado do Paraná.

Gerson abordou a questão sugerida pelo Procurador da República, Deltan Dalagnol, na reunião anterior (29/11/17), de constituir um *Grupo de Trabalho* para analisar, com base em dados públicos, a vida pregressa dos candidatos a Deputado Federal e a Senador nas eleições de 2018. Segundo o Procurador da República, uma simples análise do Imposto de Renda apresentado à Receita Federal e das declarações de bens junto ao TRE, por exemplo, poderia apontar para indícios de desvios, especialmente dos candidatos à reeleição. Gerson recomendou que fosse feita uma votação para decidir se a proposta poderá ser colocada em prática. Após várias ponderações entre os representantes partícipes, evidenciando as implicações pelo envolvimento de órgãos



ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

diretamente ligados ao assunto eleitoral, decidiu-se que serão tratados, somente, casos pontuais, que requeiram tratamento mais detalhado, ficando assim, descartada, no momento, a ideia de um levantamento completo. A Procuradora Regional Eleitoral do MPF, **Eloísa** Helena Machado, que disse achar bem interessante fazer esse tipo de pesquisa, comentou que a divulgação pode ficar como uma sugestão de um projeto universitário, para divulgar a discrepância entre o patrimônio de um candidato. O Desembargador **Oyama** colocou que teremos a lista completa dos candidatos somente em 20 de agosto, com prazos exíguos, o que inviabilizaria o processo. A professora **Thais** Lunardi colocou os alunos da UP à disposição se ainda entenderem possível de realizar em 2018. **Gerson** concluiu que o assunto será pensado e avaliado pela Rede.

Dando seguimento à pauta da reunião **Gerson** convidou os coordenadores das Comissões Permanentes a discorrerem sobre os planos de ações para 2018.

Comissão de Capacitação, seu coordenador Carlos **Kletemberg** apresentou as ações propostas para 2018:

- **III workshop sobre "O papel da educação corporativa no desenvolvimento institucional"** - 2ª quinzena de setembro de 2018: reunir gestores das escolas e área de formação para apresentação de casos e debates sobre a educação corporativa no contexto institucional e sua contribuição para as ações de controle externo.
- **Café com a Rede**: Compartilhamento de Boas Práticas da RCGP-PR.
- Definir uma **identidade visual** para a Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná.
- Ampliar e consolidar a adesão à proposta "**Parceiros de Capacitação da Rede**": intensificar o processo de capacitação dos integrantes da Rede.

Comissão de Acesso e Intercâmbio de Informações, a coordenadora da Comissão, **Clarice** Fernandes (SEFA) informou que diante da dificuldade na troca de informações entre os partícipes, foi iniciado um trabalho com a Receita Estadual, MPPR e PGE e está sendo finalizada uma proposta de minuta para avançar um novo modelo de trabalho.

Pela **Comissão de Inteligência**, sua atual coordenadora, a promotora de justiça **Janaína** Bruel Marques, que recém assumiu, discorreu sobre as metas definidas



ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

para o biênio 2017/2018, que permanecem em pauta para este ano de 2018: 1. Avaliar os Grupos de trabalho existentes; 2. Propor a análise conjunta de RIF; 3. Promover a integração com a Comissão de Acesso e Intercâmbio de Informações; e 4. Projeto de Sistematização de Informações de Inteligência.

Já a **Comissão de Prevenção e Controle Social**, da qual é coordenador **Bruno Galati** apresentou o seguinte plano de ações: **Projeto “Controle Social - Parceria com as instituições de ensino superior - IES”**, que será desenvolvido nos seguintes termos:

- Definição de uma minuta de Termo de Cooperação Técnica, Científica e Educacional, a ser celebrado entre o MPPR e as Instituições de Ensino Superior – IES;
- Realização de um evento para apresentação às **IES** públicas e privadas, convidadas, o detalhamento do Projeto.

Esteve ausente Luiz Fernando **Feltran**, coordenador da **Comissão de Proposição Legislativa**, ficando para a próxima reunião, a sua apresentação.

Encerrados os assuntos da pauta, o Desembargador Oyama agradeceu a presença de todos e divulgou a disponibilidade do E-título. Com a tecnologia, os eleitores poderão acessar uma via digital do título eleitoral por meio de um aplicativo no seu smartphone ou tablet. A versão digital do título de eleitor trará novidade em relação à via tradicional, impressa. O documento terá a foto do eleitor, informações sobre a quitação eleitoral, dados sobre o seu cadastramento biométrico e o endereço de seu local de votação, inclusive com um mapa com geolocalização. Ele também terá um QR Code para a validação na zona eleitoral.

Nada mais havendo a ser tratado, Gerson Filho encerrou os trabalhos e marcou a próxima reunião ordinária para 09 de maio, na Procuradoria Geral do Estado - PGE, às 09h30 e deu-se por encerrada esta reunião às 11h31.



ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Curitiba, 07 de março de 2018.

CGE – Carlos Eduardo de Moura _____

CGU – José Willian Gomes da Silva _____

MPF – Paula Cristina Conti Thá _____

MPPR – Bruno Sergio Galati _____

PGE – Karina Looks Passos _____

RFB – Carlos Alberto Kletemberg _____

SEFA – Clarice Kusman B. Fernandes _____

TCU – João Manoel da Silva Dionísio _____

TRE/PR – Desembargador Luiz Taro Oyama _____